

CONSTITUINTE

AUC p 8

Impasse sobre emenda adia a conclusão do novo regimento

por Andrew Greenles
de Brasília

No momento em que os líderes partidários reuniram-se, ontem, para acertar os últimos encaminhamentos sobre as alterações no regimento interno da Constituinte surgiu novo impasse em torno de uma emenda ao projeto conciliatório do deputado Ulysses Guimarães que, na prática, poderá transferir para janeiro a efetiva conclusão deste episódio, devido ao recesso da Constituinte. O problema, ontem, referiu-se ao número de assinaturas de parlamentares necessárias para que a Mesa coloque em deliberação, pelo plenário, um pedido de votação em separado de determinado dispositivo.

De um lado, colocou-se o PT, firmando posição no sentido de que o pedido deve ser aceito com 56 assinaturas, 10% do plenário. Do outro, a tendência conservadora do "Centrão", cuja proposta original estipulava 187 (um terço). Nas negociações, o "Centrão" chegou a 140, enquanto o PDT e o grupo liderado pelo senador Mário Covas preferiam 112 (20%). O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) argu-



Fernando Henrique Cardoso

mentava que o limite acima de 56 assinaturas inviabiliza os pedidos de destaque dos pequenos partidos, com menores condições físicas de recolher manifestações de apoio.

Sem acordo neste ponto, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, abriu a sessão. Não houve número suficiente para realizá-la, já que compareceram poucos membros do "Centrão". Este bloco tem interesse em adiar a discussão para janeiro, ampliando dessa forma o prazo para recolher assinaturas de apoio às emendas que o "Cen-

trão" apresentará ao texto aprovado na Comissão de Sistematização. O PT, por sua vez, insistiu em sua posição para deixar claro que se opõe ao acerto ocorrido na véspera entre o "Centrão" e o grupo de Mário Covas, intermediado por Ulysses.

"Se aceitássemos os destaques com 56 assinaturas, o PT ia querer mexer em cada inciso, cada parágrafo", disse o deputado Roberto Jefferson, do PTB, um dos coordenadores do "Centrão". Os resultados das últimas votações indicam que, em janeiro, o PT perderá em plenário a disputa.

No final da tarde, surgiu uma nova possibilidade de saída para o impasse: o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) foi à liderança do PT, onde estava reunida a bancada do partido, e lembrou que eram de autoria do PT e do PDT as cinco emendas ao projeto do regimento interno ainda não votadas — razão que permitiu o surgimento do problema das assinaturas. Bastaria, dessa forma, que os dois partidos retirassem suas emendas, concluindo o processo de votação iniciado anteriormente. O PDT chegou a concordar.

O PT, depois de uma ten-

sa reunião, discordou, justificando que, pelo regimento, completada a votação deve ir a voto o texto final do regimento interno. Neste caso, o "Centrão" pediria verificação de presença, ficaria constatada a ausência de quórum patrocinada pelo próprio "Centrão" e o assunto seria remetido para janeiro da mesma forma.

Os deputados petistas informaram a Fernando Henrique que somente aceitariam retirar os destaques caso o deputado Ulysses Guimarães se comprometesse a não colocar em votação o texto final, alegando que não houve nenhuma alteração do projeto de regimento da Mesa. Esta fórmula permitiria o encerramento do processo ainda ontem, com a abertura do prazo de sete dias para apresentação de propostas alternativas ao texto da Comissão de Sistematização.

Ulysses então convocou nova sessão para a próxima terça-feira. O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), coordenador do "Centrão", avisava, no entanto, que o grupo não estará presente e apresentou duas justificativas: a greve dos aeroviários e a proximidade dos feriados de final de ano.

Nome do novo grupo já causa polêmica entre os seus integrantes

"Grupo de entendimento." Se depender da maioria dos seus integrantes, será esta a denominação do mais novo grupo formado na Constituinte. A definição de um nome foi proposta pelo deputado Aécio Neves (PMDB-MG), para quem "é preciso que nós mesmos façamos a nomeação, antes que fiquem criando mil nomes diferentes para o grupo".

A escolha de um nome foi, provavelmente, o ponto mais divergente na reunião do grupo, ontem de manhã, já que a criação de um organograma de atividades e a divisão e listagem dos temas mais polêmicos prati-

camente passaram por consenso, conforme apurou a EBN.

Foi definido que a presidência dos trabalhos e a coordenação ficarão sempre a cargo do mais velho dos integrantes (hoje o senador Nelson Carneiro), enquanto se montou a nível de secretaria um grupo de apoio organizacional, formado pelos deputados Alceni Guerra (PFL-PR), Saulo Queiroz (PFL-MS) e Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ). Os demais grupos serão o de coordenação temática, coordenação em plenário, articulação na Constituinte, articulação interna e o de mobilização.

Tenta-se protelar a promulgação

por Mariângela Hamu
de Brasília

Os defensores do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney estão muito próximos de uma vitória que consideram importantíssima: adiar, tanto quanto possível, a data da promulgação da nova Constituição brasileira. Com os impasses colecionados nas últimas horas pelo plenário da Constituinte, é possível que somente no final de janeiro esteja concluído o regimento interno, sem o qual não será possível o início dos trabalhos de confecção da nova Carta. Para o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) "há uma manobra. Isso interessa a quem quer o impasse. E preciso denunciar isso".

Desta forma, a definição do mandato presidencial pelo plenário, imaginada depois dos adiamentos de ontem para maio de 1988, ficaria tão próxima da data prevista para as eleições presidenciais pela Comissão de Sistematização, ainda sujeita a confirmação do plenário — novembro deste ano —, que o tempo — curtíssimo — inviabilizaria a candidatura de quase todos os candidatos à sucessão de Sarney.

Sorridentes, assessores legislativos dos principais expoentes do "Centrão" imaginavam ontem que, diante dos novos prazos, a nova Constituição somente será promulgada em maio ou mesmo em junho do próximo ano. Assim, a redução do mandato presidencial para quatro anos, decidida pela Sistematização, estaria inviabilizada antes mesmo de ir à votação em plenário.

"Somente no final de janeiro deverão começar a ser votadas as matérias

Presidente evita ingerência

por Edson Beú
de Brasília

O presidente não quer ver parlamentares de sua estreita amizade apresentando emendas a favor de cinco anos para seu mandato, para que a iniciativa não seja confundida com uma ingerência do Palácio do Planalto. Por isso, domingo passado ele chamou o senador Edison Lobão (PFL-MA) ao Palácio do Alvorada exclusivamente para lhe pedir que não apresente mais a emenda de sua autoria, já elaborada nesse sentido.

Somente ontem, ao sair da Granja de Aguas Claras, residência oficial do governador José Aparecido (DF), que oferece um almoço ao presidente, o senador petelista contou o verdadeiro motivo de sua presença no Alvorada, no último fim de semana. Lobão disse que, anteriormente, havia comunicado a Sarney a intenção de apresentar uma emenda

defendendo o princípio da isonomia, por entender que a Comissão de Sistematização discrimina-o pessoalmente, ao conceder-lhe quatro anos de mandato e cinco para seus sucessores.

O senador relatou a este jornal que explicou a Sarney que não poderia mais voltar atrás, porque a emenda já contava com a adesão de mais de cem constituintes. "Infelizmente não posso fazer isso, presidente, porque a emenda agora já não pertence só a mim", teria argumentado, referindo-se ao apoio recebido. Lobão não soube justificar o pedido de Sarney, mas o assessor do ministro Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil), Henrique Hargreaves, confirmou a sua versão e explicou por que o presidente desaconselhou a iniciativa. Lembrou que o parlamentar maranhense é amigo íntimo de Sarney. Essa relação acabou levando o

presidente a concluir que a proposta do senador fatalmente seria interpretada como uma articulação do governo, caracterizando uma interferência na Constituinte em interesse pessoal, "coisa que ele não quer fazer".

Por isso, Sarney comportou-se de maneira diferente, em relação à emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que propõe a mesma coisa. Hargreaves acentua que o presidente desconhece os motivos que inspiraram o deputado paranaense a defender o mandato de cinco anos, "só sabe que não está fazendo isso por ele" e "isso é o que basta", frisou.

No final da tarde, o ministro Costa Couto voltou a garantir que Sarney não está mais movendo qualquer interferência na Constituinte, em favor de seu mandato. "Ele não está falando mais nisso", assinou.

constitucionais. Se considerarmos que no meio do caminho ainda temos o Carnaval, fica impossível imaginar que os trabalhos estarão concluídos antes de maio ou junho", aposta o deputado Basílio Vilani, do PMDB do Paraná e primeiro secretário do "Centrão".

Vilani, autor de um detalhado estudo entregue no início da semana ao presidente Sarney, dando o mandato de cinco anos 327 dos 559 votos no plenário da Constituinte, lembra ainda que depois de concluídos os trabalhos, os constituintes ainda terão de examinar cerca de 300 artigos que serão especificados na legis-

lação ordinária. "Quando isso acontecer, os parlamentares estarão todos voltados para suas bases, tentando eleger seus prefeitos. Será o caos", prevê Vilani.

Há dois meses, um ministro de Estado ligado ao presidente Sarney previa o impasse em conversa com este jornal. "Não me preocupo com as decisões da Comissão de Sistematização de mudar o sistema de governo e reduzir o mandato presidencial para quatro anos. Estamos nos organizando para que os trabalhos da Constituinte sejam de tal forma lentos, que nem será necessário lutar-mos muito para inverter

essas tendências. O tempo se encarregará de derrubá-los."

Vilani admite que a lentidão favorece as teses da maioria dos membros do "Centrão" afinados com o governo, mas desafia: "Isso não seria necessário. Se a votação do mandato fosse hoje, os cinco anos seriam aprovados por grande diferença", afirma. Nos estudos que enviou ao presidente Sarney, o Estado do Ceará seria o responsável pelo maior número de votos a favor do presidente: 21 a 4, a favor do mandato de cinco anos. No Rio de Janeiro, Sarney sofreria a maior derrota: 28 a 21, a favor dos quatro anos.

Questão tributária é tema de reunião de prefeitos

por Milton Wells
do Recife

A Associação Brasileira dos Prefeitos das Capitais realiza hoje e amanhã, em Aracaju (SE), a sua sexta reunião ordinária com a agenda reservada para a discussão das alterações tributárias, definidas pela Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte. Os secretários municipais das finanças das prefeituras vão apresentar um relatório sobre o assunto, cujos pontos não aprovados serão levados ao plenário da Constituinte.

O presidente da entidade, prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, disse ontem a este jornal que a elevação dos tributos em cerca de 15% para os municípios "não é suficiente para restabelecer a autonomia das prefeituras". Em sua opinião, a Constituinte deveria providenciar melhor distribuição do Imposto de Renda, pois isso atualmente depende de critérios fixados pela União. Ele também criticou os mecanismos de distribuição do Fundo e Participação dos Municípios e disse que deveriam ser fixadas cotas específicas para cada município de acordo com as respectivas necessidades, principalmente na área social. "No momento quem

define os recursos para cada prefeitura é a própria União", assinalou. "Mas o correto seria que os conselhos municipais, de cada prefeitura, com dados dos respectivos municípios, tivessem o poder de influir na concessão de cotas".

Jarbas Vasconcelos criticou também a maneira como a União está procedendo quanto à rolagem da dívida dos municípios. Cada prefeitura é obrigada a encaminhar suas reivindicações ao ministro da Fazenda, que, por sua vez, encaminha ao presidente da República, o que dá uma conotação política do assunto. Ele citou o exemplo da própria prefeitura do Recife, que rolou um débito estimado em cerca de CZ\$ 1 bilhão. Mas teve retardado o despacho de uma verba destinada ao município, pelo Ministério de Desenvolvimento Urbano, através de convênios, de CZ\$ 300 milhões. Os recursos, segundo o prefeito, foram recebidos depois de dois meses da decisão, em consequência de injunções políticas. Isso porque, conforme ele, o presidente da República, José Sarney, resolveu partir para retaliações com o Recife, em razão de declarações de seu prefeito contra o governo federal.